

ROGERIO  
**SCHIETTI**  
**CRUZ**

# PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL

**2ª EDIÇÃO**

Revista  
e atualizada

2022

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



www.editorajuspodivm.com.br

1215767

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 2.ª edição.

C957p Cruz, Rogerio Schietti.  
Proibição de Dupla Persecução Penal / Rogerio Schietti Cruz – 2 ed. rev.  
e atual. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.  
384 p.

Bibliografia  
ISBN 978-85-442-3683-3.

1. Direito Processual Penal. I. Cruz, Rogerio Schietti. II. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>

1

<b>OS CONTORNOS DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL .....</b>	<b>23</b>
1.1 VARIAÇÕES TERMINOLÓGICAS.....	23
1.2 VERTENTES PROCESSUAL E MATERIAL DO <i>NE BIS IN IDEM</i> .....	26
1.3 JUSTIFICATIVAS PARA A EXISTÊNCIA DA PROTEÇÃO CONTRA DUPLA PERSECUÇÃO PENAL....	33
1.3.1 As justificativas no <i>common law</i> .....	36
1.3.1.1 Conduta indevida da promotoria pública .....	40
1.3.2 As justificativas no <i>civil law</i> .....	43
1.4 A ESSÊNCIA DA COISA JULGADA .....	50
1.4.1 Fundamento jurídico .....	53
1.4.2 Fundamento político .....	59
1.5 COISA JULGADA E <i>NE BIS IN IDEM</i> .....	62

## 2

<b>ORIGENS E ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL....</b>	<b>67</b>
2.1 NA ROMA ANTIGA.....	70
2.2 NA EUROPA MEDIEVAL .....	75
2.3 NO DIREITO CANÔNICO .....	78
2.4 NA INQUISIÇÃO ECLESIASTICA.....	80
2.5 NA INQUISIÇÃO LAICA.....	82
2.6 NO DIREITO ANGLO-AMERICANO .....	86
2.7 NO DIREITO PÓS-ILUMINISTA.....	89

## 3

<b>A CONSOLIDAÇÃO DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO INGLÊS .....</b>	<b>95</b>
3.1 O AUTORITARISMO E A IRRACIONALIDADE PUNITIVA COMO MÓVEIS PARA A PROTEÇÃO DO INDIVÍDUO .....	96
3.2 DISPUTA ENTRE O PODER DO MONARCA E O PODER DA IGREJA.....	102
3.3 DUPLICIDADE DE ACUSAÇÕES: REAL E PARTICULAR.....	104
3.4 ANTIGOS MECANISMOS DE DEFESA NO DIREITO INGLÊS: <i>PLEAS OF AUTREFOIS ACQUIT, CONVICT, ATTAINT</i> E <i>PARDON</i> .....	108
3.5 A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO INGLÊS ATUAL.....	110
3.5.1 Restrições construídas pela jurisprudência	113
3.6 A NOVA POLÍTICA CRIMINAL DA INGLATERRA: <i>O CRIMINAL JUSTICE ACT 2003</i> .....	115

3.6.1	PROCEDIMENTO PARA A ADMISSIBILIDADE OU NÃO DO NOVO JULGAMENTO ...	117
3.6.1.1	REQUISITOS MATERIAIS PARA A ADMISSIBILIDADE DE NOVO JULGAMENTO .....	119
3.6.1.1.1	Prova nova e convincente ..	119
3.6.1.1.2	Interesse da justiça.....	121
3.7.	A NOVA REGULAÇÃO NA ESCÓCIA.....	123

4

	<b>CONSOLIDAÇÃO DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO NORTE-AMERICANO .....</b>	<b>127</b>
4.1	CONSTITUIÇÕES E LEIS DAS COLÔNIAS.....	128
4.2	A INCORPORAÇÃO DA REGRA DO <i>DOUBLE JEOPARDY</i> À CONSTITUIÇÃO DOS EUA .....	129
4.3	A ATUAL DOUTRINA DO <i>DOUBLE JEOPARDY</i> NO DIREITO NORTE-AMERICANO.....	134
4.4	AS CONSEQUÊNCIAS DO FEDERALISMO NORTE-AMERICANO EM RELAÇÃO À PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL .....	137
4.5	A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL EM FACE DAS DECISÕES QUE ENCERRAM A RELAÇÃO PROCESSUAL .....	141
4.5.1	ABSOLVIÇÃO ( <i>ACQUITTAL</i> ) .....	141
4.5.2	CONDENAÇÃO ( <i>CONVICTION</i> ).....	143
4.5.2.1	<i>Ne reformatio in pejus</i> .....	146
4.5.3	MISTRIAL .....	149
4.5.4	DISMISSAL.....	152
4.5.5	PLEA GUILTY .....	154

4.6	O MARCO INICIAL DE INCIDÊNCIA DA CLÁUSULA DE PROIBIÇÃO DA DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO ANGLO-AMERICANO .....	157
-----	---	-----

## 5

<b>A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO ATUAL .....</b>		<b>163</b>
5.1	EUROPA CONTINENTAL.....	163
5.2	AMÉRICA LATINA .....	166
5.3	CONVENÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS ...	169
5.4	A REVISÃO CRIMINAL <i>PRO SOCIETATE</i> .....	173
5.5	A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO BRASILEIRO .....	177
5.5.1	RAÍZES LUSITANAS.....	178
5.5.2	A VELADA PRESENÇA DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL NO DIREITO BRASILEIRO .....	182

## 6

<b>A PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL E O RECURSO DA ACUSAÇÃO .....</b>		<b>189</b>
6.1	EXTENSÃO DO DIREITO AO RECURSO NOS DOIS GRANDES SISTEMAS DO DIREITO .....	190
6.1.2	PARIDADE DE DIREITOS NOS PAÍSES DO <i>CIVIL LAW</i> .....	191
6.1.3	LIMITAÇÕES AOS RECURSOS DA ACUSAÇÃO NOS PAÍSES DO <i>COMMON LAW</i> .....	195
6.1.3.1	As limitações ao recurso da promotoria no direito norte-americano .....	199
6.1.3.2	As limitações ao recurso da promotoria no direito inglês .....	203

## 7

**PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL ENTRE DISTINTAS JURISDIÇÕES ..... 205**

- 7.1 JURISDIÇÃO NACIONAL E JURISDIÇÃO INTERNACIONAL..... 206
- 7.2 JURISDIÇÃO FEDERAL E JURISDIÇÃO ESTADUAL ..... 214
- 7.3 JURISDIÇÃO PENAL E PODER SANCIONADOR ADMINISTRATIVO ..... 222
- 7.3.1 ACÚMULO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIAS E PENAS NO DIREITO BRASILEIRO..... 233
- 7.4 JURISDIÇÃO CIVIL E JURISDIÇÃO MILITAR..... 236

## 8

**O PENSAMENTO DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA NACIONAIS ACERCA DA INCIDÊNCIA DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL SOBRE AS DECISÕES JURISDICIONAIS ..... 243**

- 8.1 CLASSIFICAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS..... 244
- 8.1.1 SENTENÇA DE CONDENAÇÃO ..... 249
- 8.1.2 SENTENÇA DE ABSOLVIÇÃO ..... 253
- 8.1.3 DECISÃO DE IMPRONÚNCIA..... 255
- 8.1.4 DECISÃO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO... 259
- 8.1.5 DECISÃO CONCESSIVA DE *HABEAS CORPUS* ..... 262
- 8.1.6 DECISÃO DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE..... 268

8.1.7	DECISÃO DE REJEIÇÃO DE DENÚNCIA OU QUEIXA .....	272
8.1.8	DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DO IN- QUÉRITO POLICIAL .....	279
8.1.8.1	Arquivamento implícito .....	284
8.1.9	DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE TRANSA- ÇÃO PENAL .....	288

## 9

## **DOS EFEITOS DA PROIBIÇÃO DE DUPLA PERSECUÇÃO PENAL EM FACE DAS DECISÕES DE ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO, REJEIÇÃO DE DENÚNCIA OU DE QUEIXA E HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO PENAL ..... 295**

9.1	NÍVEIS DE COGNIÇÃO DOS ATOS DECISÓRIOS ...	296
9.2	MÉRITO E CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL .....	298
9.2.1	OBJETO DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE..	303
9.2.2	GRAUS DE COGNIÇÃO DIFERENTES .....	307
9.2.3	QUALIDADE E QUANTIDADE DOS ELE- MENTOS INFORMATIVOS OBJETO DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE .....	309
9.3	DOS EFEITOS DA DECISÃO DE REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU QUEIXA .....	316
9.3.1	REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU DA QUEIXA POR ESTAR EXTINTA A PUNIBILIDADE.....	317
9.3.2	REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU DA QUEIXA POR ATIPICIDADE DA CONDUTA .....	321
9.4	DOS EFEITOS DA DECISÃO QUE ARQUIVA O INQUÉRITO POLICIAL .....	329



9.4.1	ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL EM RAZÃO DA ATIPICIDADE DA CONDUTA .....	329
9.4.2	ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL EM RAZÃO DA PRESENÇA DE CAUSA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	342
9.5	DOS EFEITOS DA DECISÃO QUE HOMOLOGA TRANSAÇÃO PENAL.....	346
	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>355</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>367</b>
	<b>POSFÁCIO .....</b>	<b>381</b>